

2. Do movimento feminista às teorias sobre gênero/ sexo

“Enquanto Psique dormia, Cupido derrama, então, algumas gotas de água da fonte amarga sobre os lábios da jovem, embora ao vê-la quase fora tomado de piedade; depois, tocou-a de lado com a ponta de sua seta. Ao contrário, Psique acordou e abriu os olhos diante de Cupido (ele próprio invisível), que, perturbado, feriu-se com sua própria seta”...¹

Há diversos exemplos, no decorrer dos séculos, que revelam a mulher calada, silenciada, adormecida, ... quando sua voz (palavra) se manifesta. Esta é, muitas vezes, vista como inadequada/incoerente (“amarga”) ao expressar-se na esfera patriarcal onde está inserida.

Ao longo da história percebemos tentativas de reação ao sistema de estratificação social que discrimina seus membros de acordo com sua identidade sexual. Essa “sutil” discriminação, que se firmou com o advento da era judaico-cristã, atribui à mulher a *sagrada vocação da maternidade* como função máxima, e isso nos faz repensar que estereótipos sexuais favorecem o homem em detrimento da mulher, cf. sinalizam SEABRA, Z.; MUSZKAT, M. (1985: 13-5).

A participação da mulher em movimentos sócio-políticos teve como principal foco a apropriação do seu discurso – mais do que da ação – para fazer evidente suas reivindicações, ainda que este, muitas vezes, tenha sido visto como inapropriado à representação da mesma nos extratos sociais variados.

Em Cameron (1999), encontramos relações entre o movimento feminista e a análise do discurso feminino. A autora esclarece que não se deve colocar a linguagem na “agenda política dos movimentos sociais”. Para ela, existe uma crítica feminista da linguagem e é essa que deve influenciar a pesquisa do discurso público e/ou acadêmico.

Neste capítulo, pretendo apontar as relações do movimento feminista com as teorias sobre gênero/sexo e como essa articulação possibilitou o surgimento da lingüística feminista.

¹ In: BULFINCH, Thomas. Livro de Ouro da Mitologia. Histórias de deuses e heróis. Trad. David Jardim. 27ªed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2002: 101.

2.1 O movimento feminista

“O feminismo moderno quis tirar as mulheres do espaço privado para o do trabalho”. *In*: Oliveira (2003).

Ao longo do século XX, o movimento feminista passou por diferentes momentos. Assim como outros movimentos de minorias sociais, este caracterizou-se ao longo de sua história pela sua especificidade: a luta pela conquista dos direitos das mulheres.

A Revolução Francesa é considerada o berço do feminismo. Em 1791, *Olimpia de Gouges*² lançou a "Declaração dos direitos da mulher e da cidadã", em que proclamou que a mulher possui direitos naturais como o homem e deveria participar, por exemplo, do poder legislativo.

Em fins do século XIX, o feminismo despontou na Inglaterra como movimento de emancipação, reivindicando igualdade jurídica, como direito ao voto, acesso à instrução e às profissões liberais. Podemos, então, destacar que o movimento sufragista foi considerado o primeiro marco do movimento feminista.

Em agosto de 1910, em Copenhagen, por iniciativa da jornalista alemã *Clara Zetkin*³, mulheres vindas de 17 países adotaram a proposição de criar um "Dia Internacional da Mulher", com o objetivo de canalizar os esforços na luta para obtenção do direito do voto feminino. Meses mais tarde, em 25 de março de 1911, ocorreu o trágico incêndio da fábrica de camisas *Triangle*, em Nova York. Cento e trinta e nove trabalhadoras, jovens imigrantes italianas e judias, morreram devido à falta de segurança nas instalações. Esta tragédia - e as terríveis condições em que ocorreu - passou a ser sempre invocada por ocasião das celebrações do

² *Olimpia de Gouges (1748-1793)* – Nascida em Montauban, na França, filha bastarda de um homem influente e de Anne-Olimpe Muisset. Escreveu mais de quatro mil páginas de escritos revolucionários ao longo de sua vida, entre peças de teatro, panfletos, novelas autobiográficas, textos satíricos, utópicos, filosóficos. Olímpia mudou-se para Paris em 1768 e escandalizou a opinião pública de seu tempo. Levantou dúvidas sobre a escravidão dos negros, tomou posições em favor dos direitos da mulher (divórcio, maternidade, educação, liberdade religiosa) e emprestou sua voz para defesa de todos os oprimidos e humilhados. Por isso, recebeu a condenação à guilhotina, em 1793. Tais informações encontram-se em: <http://www.unb.br/acs/bcopauta/mulher1.htm>

³ *Clara Zetkin (1857-1933)* – alemã, membro do partido comunista alemão, deputada em 1920, militava junto ao movimento operário e se dedicava à conscientização feminina. Fundou e dirigiu a revista *Igualdade*, que durou 16 anos (1891-1907). Tais informações encontram-se em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200016

Dia Internacional da Mulher, oficialmente fixado em 08 de março pela Assembléia Geral da ONU, a partir de 1975.

Os anos de 1930 e 1940 representam um período em que as reivindicações das mulheres haviam, mesmo que formalmente, sido atendidas: podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho. Nestas décadas, houve um refluxo na organização das mulheres. Este período é marcado pela preparação e explosão de uma nova guerra mundial. Mais do que nunca, valoriza-se a participação da mulher no mercado de trabalho, pois torna-se necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha. Mas é com o fim da guerra e a volta da força de trabalho masculina, que a ideologia que reforça a diferenciação dos papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada.

Simone de Beauvoir foi uma voz isolada neste momento de transição (do primeiro momento – movimento sufragista – para o segundo do movimento feminista, o de contestação sócio-política). No final da década de 40, ela escreve o livro "*O Segundo Sexo*", que denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual. Sua análise constitui um marco na medida em que delinea os fundamentos da reflexão feminista, que ressurgirá a partir da década de 60. Já estavam dados os primeiros passos na construção de uma teoria feminista. A autora analisa a condição inferior da mulher, inferioridade que não precisa ser um destino:

"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino."⁴

A segunda onda do movimento feminista inscreve-se nos anos 60-70, no contexto de intensos debates e questionamentos desencadeados pelos movimentos de contestação europeus.

O movimento feminista organizado surgiu nos EUA, na segunda metade dos anos 60. Logo, expandiu-se pelos países do ocidente, defendendo a libertação da mulher, e não apenas sua emancipação. Emancipar-se seria equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos. Já libertar-se seria querer ir

⁴ In: BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1990: 13; V.2.

mais adiante, marcar a diferença, realçar as condições que regiam a alteridade nas relações de gênero. Mulheres norte-americanas, inglesas, francesas e italianas ganham as ruas, gritando palavras de ordem como "o *privado é político, nosso corpo nos pertence*". Muitas queimam seus sutiãs, em público.

Na Argentina, nessa mesma época, as "*Madres de la Plaza de Mayo*", mulheres que, até hoje, mantêm uma vigília permanente pelos membros de suas famílias desaparecidos, opositores de esquerda que haviam iniciado uma guerrilha contra o regime e foram vitimados pela perseguição política da ditadura, também estavam mobilizadas, combatendo violações dos direitos humanos e violências contra as mulheres. O modelo tradicional do "ser mulher" entrou em crise, e um novo perfil feminino começou a se esboçar também na América Latina.

A partir de 1977, o movimento feminista fragmentou-se em diversas tendências, algumas mais voltadas para a descriminalização do aborto, outras centradas na isonomia profissional com os homens. Muitas mulheres, após conquistar postos de trabalho antes ocupados exclusivamente pelos homens, lograram também assumir funções políticas de mando.

Violentadas em sua dignidade, atualmente encontramos mulheres despidas em *outdoors* e capas de revistas, reduzidas a iscas de consumo, como na propaganda televisiva, ridicularizadas em programas humorísticos, condenadas à anorexia e à beleza compulsória pela ditadura da moda.

O movimento feminista denuncia tanto a violência física praticada contra o corpo da mulher, como a simbólica, que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Existe um conjunto de idéias, de imagens e de crenças, que legitima e dá continuidade às diferenças acirradas de papéis sexuais. O movimento vem travando uma luta, a fim de acabar com o conceito de "masculino" e "feminino" na sua posição de "superior" e "inferior".

Para Oliveira (1993: 55-6), são inegáveis as conquistas das mulheres até o fim do século XX:

“As mulheres passaram a fronteira do mundo dos homens escamoteando o lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço público carregando consigo, escondidas, as raízes no espaço privado... Procuravam assim corresponder a um novo perfil de mulher que emergia da agonia de um paradigma. Obedeciam a uma mensagem dupla e contraditória: ‘para ser respeitada, pense, aja e trabalhe como um homem; mas para ser amada continue sendo mulher. Seja homem e seja mulher’”.

Outras observações a respeito das mudanças comportamentais das mulheres com o advento do movimento feminista são feitas pela autora (*ibid*: 13, 72):

“As mulheres tentaram a passagem da fronteira do mundo dos homens, arrastando, escondidas, as raízes plantadas em casa. Adotaram estilos de vida masculinos sem que os homens se feminizassem. Assim ficaram, entre dois mundos, compatibilizando estilos de vida e modos de comunicação diferentes, recebendo da sociedade uma ordem esquizofrenizante: seja homem e seja mulher. E foi assim que o sonho de igualdade tropeçou no impossível.(...) O discurso masculino sempre definirá o que é uma mulher normal. Seu lugar, seu papel, sua imagem e sua identidade.”

O destino natural das mulheres, ser mãe, esposa, e dona de casa, marcado pela maternidade, casamento e dedicação ao lar, foi profundamente revolucionado no século XX. É nesse contexto que as feministas se viram frente ao desafio de demonstrar que não são características anatômicas e fisiológicas que definem as diferenças entre as desigualdades de gênero, mas a militância pelos direitos igualitários entre os seres humanos.

Portanto, como sinaliza Louro (2003: 16), é nesse contexto de efervescência social e política que o movimento feminista ressurge, não só expressando-se através de protestos públicos, mas sim através do surgimento dos estudos da mulher.

A lingüística feminista vai propor colocar a linguagem numa “agenda política”, e a análise do discurso feminino, seja ele em que contexto for, será a maneira pela qual feministas e críticas da linguagem marcarão, mais do que sua investigação acadêmica, sua militância neste movimento sócio-político.

2.2 A lingüística feminista

Nesta seção, observaremos a importância da relação da lingüística feminista com os estudos do/sobre (o) discurso feminino. Em Cameron (1999: 01-21), encontramos informações importantes em relação ao papel da mulher enquanto crítica da linguagem.

A autora apresenta, ao longo do livro, diversos estudos coletados em diferentes áreas do conhecimento a respeito do discurso feminino quando visto como objeto de estudo da lingüística. Afirma que o termo “crítica” é freqüentemente usado como sinônimo de “censura”, ou seja, uma avaliação negativa quanto ao papel desempenhado pela mulher vista como analista da linguagem. Tal atributo, para a mulher não seria, muitas vezes, “permitido”. E isso faz com que um dos temas freqüentes para a crítica feminista da linguagem seja a possibilidade de se reverter essa crença.

Para isso, da relação da lingüística feminista com os estudos do/sobre (o) discurso feminino, a autora sugere três temas condutores para a análise crítica feminista, sendo estes: (i) o tema do silêncio e da exclusão; (ii) o tema da representação; e (iii) o tema sobre as relações entre gênero e a linguagem.

Em relação ao tema do silêncio e da exclusão, a autora comenta sobre a questão da voz da mulher na fala e na escrita. A reivindicação de que mulheres são ‘mudas’ ou ‘silenciadas’ não pode significar que elas são sempre, e em todo lugar, literalmente mudas, nem que elas careçam da capacidade de usar a linguagem, inalienável patrimônio hereditário de muitos seres humanos. Isso não pode igualmente significar que existam lingüistas não-ativistas associados a mulheres mais do que a homens. Isto significa não somente escrever sobre coisas diferentes, mas, para alguns críticos, refazer estilos literários ou igualmente “(re)criar” uma linguagem própria. Silêncio pode também significar censura por temer parecer ridicularizada, atacada ou ignorada pelos outros;

Sobre o tema da representação, as feministas têm concluído que sua linguagem é sexista, já que esta representa ou nomeia os termos sobre o ponto de vista masculino e de acordo com as crenças estereotipadas sobre mulheres, homens e as relações entre eles. Tais críticas da linguagem têm argüido que isto acontece porque, como Adão fora nomeado como criação de Deus no livro do Gênesis, os homens têm tido o monopólio da nomeação. E as conseqüências são

sérias porque nomes não são somente “espelhos” da realidade pré-existente, nem rótulos arbitrários relacionados a esta, mas uma forma cultural de fixar o que pode ser contado como algo concreto no fértil universo imerso em uma multitude de “realidades” possíveis.

Quanto às relações entre gênero e linguagem, tema de como e para que finalidade nós, mulheres, determinamos o gênero através de nossas condutas lingüísticas, a diferença sexual aproxima alguns aspectos do comportamento da mulher e do homem e, por conseguinte, propõe uma explanação de algumas diferenças que emergem como parte da nossa herança intelectual da cultura pré-feminista. Muitos estudos têm distinguido três abordagens explanatórias usadas pelas feministas, rotuladas: como ‘déficit’, ‘dominação’ e ‘diferença’; tais abordagens serão tratadas na próxima seção.

Cameron (1999) relata, ainda, que tais abordagens são muito importantes para se entender a lingüística feminista. A abordagem do déficit sugere que maneiras femininas de falar, quer pela natureza, quer pela educação, são deficientes em comparação às formas masculinas. Já a abordagem da dominação sugere que maneiras femininas são menores que o resultado do seu gênero que de suas posições subordinadas em relação aos homens. A abordagem da diferença sugere que formas femininas de falar reflitam normas lingüísticas e sociais de subculturas femininas, já que entende-se que a maioria das mulheres passam em seus anos de formação. A diferença entre mulheres e homens é semelhante à diferença entre falantes de duas culturas, os quais não estão bem familiarizados uns com os outros e podem suscitar, portanto, mal entendidos entre os mesmos.

O debate dominação / diferença não é, no entanto, apenas uma arena onde feministas estão engajadas em argumentos com o outro. Pesquisadores, em ambas abordagens, têm atraído críticas através da corrente anti-essencialista cada vez maior e proeminente na lingüista feminista. Feministas anti-essencialistas conjecturam todas as tentativas de situar gênero na qualidade “não-silenciada”, fundamental e fixa em mulheres ou homens, seja pela natureza ou educação.

Percebe-se uma tensa relação entre feministas anti-essencialistas e a tendência no feminismo (e em outros movimentos sociais contemporâneos) de estabelecer “políticas de identidades”. As reivindicações políticas são formuladas e validadas numa base onde essas compartilham com uma certa identidade e/ou posição social, tais como ‘lésbicas’, ‘mulheres deficientes’, ‘senhoras’, ‘mulheres

negras’, ‘judias’, ‘mulheres operárias’ etc. Esta tendência é ditada como as tendências anti-essencialistas que dizem: que nós devemos atender às diferenças e conflitos entre mulheres distantes do que nós fizemos no passado.

Políticas de identidades têm penetrado mais profundamente na crítica feminista da linguagem, em dois modos principais. Do ponto de vista do debate sobre a ‘correção / exatidão política’, em alguns casos, práticas que são ilustradas como ‘correção / exatidão política’ podem ser vistas como reflexões de políticas de identidades. Cada vez mais, a crítica feminista da linguagem sexista tem sido “sob-somada” aos debates nesta extensa discussão da representação de grupos os quais tradicionalmente têm sido definidos como ‘outros’.

As políticas de identidades também, de outra forma, têm afetado a crítica feminista da linguagem e esta é mais relevante para os estudos sociolingüísticos de comportamento de gêneros discursivos. Há pouco, os pioneiros da crítica feminista começaram por posicionar a questão: ‘como as mulheres são diferentes, lingüisticamente, em relação aos homens? Atualmente algumas feministas estão estabelecendo questões como: ‘como mulheres negras são diferentes, lingüisticamente, em relação às mulheres brancas?’, ou ‘como lésbicas são diferentes, lingüisticamente, em relação às mulheres heterossexuais?’

Questões de identidade e diferença, diversidade e conflito, entre mulheres, representam um importante tema nos atuais debates feministas sobre a linguagem.

Cameron (1999: 20) conclui seu texto defendendo uma noção da crítica feminista da linguagem, segundo a qual feministas engajadas neste projeto podem não concordar entre elas, mas estão até agora num diálogo produtivo umas com as outras.

2.3 Teorias sobre gênero/ sexo

Como foi observado, as teorias sobre gênero/sexo estão relacionadas aos estudos culturais e feministas.

Primeiramente, sinalizarei as teorias essencialistas que surgiram no fim dos anos setenta e foram classificadas, segundo suas pesquisadoras, como: (i) teoria do déficit, cf. Lakoff (1975); (ii) teoria da dominação, cf. Cameron (1995); e (iii) teoria das duas culturas (da diferença), cf. Tannen (1994, 1996), sendo esta focada nos papéis inadequados como a origem da diferença, em que a abordagem “cultural” ou “da diferença” seria focada na socialização da separação dos sexos como a origem; cf. sinalizam Kendall & Tannen (2001: 554).

Na teoria do déficit, há um suposto bilingüismo da mulher, ou seja, há diferenças da linguagem relativas ao gênero. A teoria das duas culturas, relacionada às diferenças sociais de necessidades do homem e da mulher, leva-nos a culturas comunicativas diferenciadas pelo gênero, cf. Tannen (1986). Na abordagem relativa ao poder, não há só diferenças culturais, mas também de autoridade exercidas entre ambos os gêneros, de acordo com Lakoff (1975) e Cameron (1995).

Algumas destas teorias, ao contrário, propõem uma postura não-essencialista ao classificar gênero. Durante a década de noventa, já se percebe, pelos estudos das teorias sobre gênero/sexo, uma visão mais realista, ou seja, não-essencialista, que não sugere uma correspondência entre as identidades e aspectos da realidade social.

Na teoria performática/construcionista, os atos/*performance* dos gêneros/sexos acontecem de acordo com os vestígios culturais, isto é, expresso em comportamentos lingüísticos, práticas e/ou ações em contextos sociais particulares – de acordo com McLlvenny (2002).

Procuro apresentar um breve panorama dessas teorias e o quanto elas contribuíram para os estudos sobre gênero.

2.3.1 Teorias essencialistas

Surgiram no final dos anos setenta. Propõem uma postura essencialista sobre gênero.

2.3.1.1 Teoria do déficit

Lakoff (1975) foi quem identificou as formas lingüísticas, para ela, enfraquecidas ou mitigadas do discurso feminino. Suas observações forneceram um ponto de partida para explorar a complexidade das relações entre gênero e discurso.

Esta teoria aponta que a linguagem da mulher seria deficitária em relação à do homem, ou seja, existiria um suposto bilingüismo da mulher, isto é, formas lingüísticas inerentes à fala feminina e à masculina. As características da fala da mulher apontariam para essa deficiência/desvio através de um menor número de palavras em seu vocabulário, com sentenças menos complexas e um estilo que veicularia a incerteza. Esta teoria teve como consequência um foco de pesquisas voltado para a “diferença” da fala feminina em relação à masculina; criou-se a expectativa de que as mulheres deveriam interpretar a linguagem do homem e pressionou-se para que a mulher usasse a linguagem do homem, ou seja, treinasse a “diretividade” masculina, quando pretendesse ser, por exemplo, assertiva.

Ao longo dos anos, essa abordagem sofreu muitas críticas, por diversos pesquisadores. Para Cameron (1995), esse paradigma, denominado de paradigma da dominação, ou de teoria do déficit⁵, representa o momento do ultraje do feminismo, com a opressão das mulheres, isto é, da sua linguagem, já que esta seria vista como esvaziada, destituída de valor em relação à masculina.

Em Oliveira (1993: 78-81) encontramos algumas reflexões sobre esta teoria:

⁵ A autora não apresenta diferenças entre a abordagem relativa ao poder (teoria/paradigma da dominação) e à teoria do déficit.

“A existência de dois discursos, dois estilos, dois modos de expressão, um feminino e outro masculino, tributário cada um do pertencimento a uma esfera de vida e a um espaço social, merecem uma produção teórica importante, sobretudo de pesquisadores norte-americanos (...) Lakoff afirma que: ‘A linguagem nos usa tanto quanto nós usamos a linguagem e (...) nossa escolha de formas de expressão é guiada pelos pensamentos que queremos expressar, da mesma forma que a maneira como sentimos as coisas no mundo real governa a maneira como nos expressamos sobre essas coisas’”.

2.3.1.2 Teoria da dominação

A abordagem relativa ao poder – também conhecida como teoria da dominância/dominação – teve a contribuição das pesquisas de Lakoff (1975) e uma releitura por Cameron (1995). Tal teoria faz uma crítica em relação às outras teorias (das duas culturas/diferença e do déficit) à medida que propõe a reflexão sobre o papel do discurso feminino frente ao masculino hegemonicamente construído.

Nesta teoria, as autoras acreditam que não existem problemas culturais que sinalizem problemas discursivos entre os sexos. O problema é da dominação/dominância e/ou poder.

Lakoff (1975) considera que a fala da mulher seria caracterizada por implicaturas conversacionais. A autora atribui características próprias ao “falar” feminino, como por exemplo, ser menos assertivas ao comunicar-se. Além disso, a fala da mulher também seria marcada por formas de polidez como, *por favor*, *muito obrigada*. Sob o ponto de vista comunicativo, a autora considera a fala feminina como hesitante, trivial, educada e incerta. Ao falar como uma dama, por exemplo, a mulher seria vista como insegura e incapaz de participar de discussões sérias. A autora estabelece relações entre a natureza da fala da mulher com a falta de poder da mesma na sociedade norte-americana, por exemplo.

2.3.1.3 Teoria das duas culturas (da diferença)

A teoria das duas culturas (ou paradigma da diferença) originou-se nos estudos da lingüística antropológica em que vários estudiosos contribuíram para constituir essa proposta sobre a natureza da fala feminina em contraposição à masculina.

Esta seção baseia-se nos estudos de Tannen (1994,1996). Pressupõe que as diferenças sociais levam a culturas comunicativas diferenciadas em função do gênero dos falantes. Haveria, assim, diferentes culturas de fala nos estilos conversacionais de homens e mulheres.

Revela, ainda, que os problemas de comunicação entre os sexos se dão por homens e mulheres pertencerem as diferentes subculturas sócio-lingüísticas, tendo diferentes concepções da conversação e interpretação. As diferenças sociais das necessidades do homem e da mulher levam-nos a culturas comunicativas diferenciadas pelo gênero. A origem, por exemplo, seria nas formas de socialização da criança, em que meninas brincam em ambientes fechados, em pequenos grupos, dedicando menos tempo aos jogos, tendo relativa intimidade entre elas e diferentes formas de lidar com o conflito. Já no “mundo dos meninos”, as brincadeiras se dão com grupos maiores, em jogos competitivos, grupos mais organizados, e, a fala, é usada para: (i) marcar posição de dominação; (ii) atrair e manter a audiência; e (iii) afirmar-se quando os outros têm a palavra. A indiretividade na fala feminina e a assertividade na fala masculina estariam relacionadas a diferenciações de princípios dos relacionamentos do ponto de vista do gênero: a intimidade e a independência.

Para Tannen (1994, 1996), essas diferenças podem dar ao homem e à mulher diferentes visões da mesma situação. O estilo de fala da mulher seria mais indireto, seja em termos da indiretividade conversacional ou da indiretividade por implicaturas, em função da inferência conversacional.

A autora apresenta sinais em que homens e mulheres não só possuem estilos interativos diferentes, mas também tópicos (assuntos) preferidos e maneiras diferentes de usá-los. Parece que mulheres se detêm por muito tempo em um tópico, dando informações sobre si mesmas, seus sentimentos e relações. Homens, por outro lado, rapidamente mudam de tópico e raramente falam de si mesmos.

2.3.2 Teorias não-essencialistas

A partir dos anos noventa, novos debates surgem com o objetivo de rever as teorias essencialistas de gênero. Defendem uma visão não-essencialista, ou seja, não propõem uma correspondência entre as identidades e aspectos da realidade social.

2.3.2.1 Teoria performática/construcionista

McLlvenny (2002: 01-48) critica a visão realista de gênero, em que existe uma correspondência entre identidade e algum aspecto da realidade social. Gênero seria, para o autor, um atributo variável, expresso em comportamentos lingüísticos, práticas e/ou ações em contextos sociais particulares. A fala não seria apenas um veículo para manifestar propriedades essenciais: alguém fala de determinada forma por ser homem ou mulher.

O autor apresenta uma nova abordagem – a vez do construcionismo – em oposição às teorias essencialistas, em que gênero seria manifestado nas atividades cotidianas e nas práticas comunicativas, McLlvenny (2002: 02). Ele também propõe a pesquisa do uso da linguagem em relação à orientação sexual e à formação de identidades sexuais.

O autor mostra, ainda, as contribuições dessa nova abordagem na confluência de quatro teorias recentes ou ordens metodológicas, sendo estas:

- (i) Ordem da interação nos estudos de prática social e cultural;
- (ii) Ordem da linguagem na psicologia social;
- (iii) Ordem da performatividade nos estudos de gênero e teoria *queer* – tenta explicar como o binarismo hetero/homossexual funciona; coloca a homossexualidade não mais pertencente a uma minoria social, mas como uma política do conhecimento e da diferença;
- (iv) Ordem corporal – através das ciências humanas e sociais para a análise da personificação situada (e virtual).

Pesquisadores de diferentes áreas de estudo, como a psicologia, lingüística, sociologia, dentre outros, têm analisado a fala em interação e colocam-se insatisfeitos com os conceitos de gênero e sexo por estarem mal-concebidos em seus respectivos campos de estudos. Para McIlvenny (2002: 06), devemos repensar estes conceitos, pois a influência das idéias pós-estruturalistas no feminismo resultou na diferença entre esses dois conceitos: sexo é biológico e gênero é social e cultural.

Kitzinger *apud* McIlvenny (2002: 55-6) esclarece que as feministas engajadas nos estudos da linguagem têm enfatizado a necessidade de entender que gênero (e sexualidades) são socialmente construídas e continuamente produzidas e reproduzidas na interação social, ou seja, deve-se entender o uso da linguagem como uma maneira de produzir essa identidade. Quem somos, depende de como, repetidamente, desempenhamos, extraordinariamente, a fala que constituirá aquela identidade.

Sundén *apud* McIlvenny(2002: 298) aborda também a noção de performativo. A autora reporta-se aos estudos de Butler⁶ – uma estudiosa da teoria *queer* – e justifica que o termo é derivado de *performance* e que não há gênero biológico pré-existente sobre os quais os atos de gênero atuam como marcas culturais. A corporificação de sexo e gênero é materializada através da reiteração de atos na linguagem.

Em McIlvenny (2002: 113), observamos que o autor faz algumas reflexões sobre a performatividade e esclarece que as ciências humanas e sociais, em diversos campos de pesquisa, têm investigado sobre a natureza da *performance* ou *performatividade*. Essas distintas áreas procuram explicar como alguém está fazendo algo por engajamento em uma ação, comportamento ou prática particular. O autor sugere que observemos na ordem da performatividade pelo menos quatro sentidos diferentes:

- (i) O sentido do agir (ou fazer) como o resultado de comportamentos particulares, sinais (signos) ou usos da linguagem;
- (ii) Normas, ordens ou estruturas que são expressas, executadas ou construídas através de certos rituais, práticas e/ou procedimentos;

⁶ BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge, 1990.

- (iii) Uma criação do “ser” como um efeito retrospectivo de comportamentos particulares, ações, práticas e/ou relações;
- (iv) Entender, num sentido mais amplo, uma possibilidade de normas ou relações que existem e se alteram para incluir outras entidades e assim transformar nosso senso do que é real, o que é social e o que é habitável.

Coates (1997) relata que a performance feminina não acontece da mesma forma em todas as circunstâncias, pois nossa cultura oferece-nos um vasto campo de possibilidades de ser (mulher/0).

Para Coates, discursos diferentes oferecem-nos acesso a diferentes feminilidades. Estes não justificam relações e entidades de representações sociais, mas constroem-nas e/ou constituem-nas de diversas maneiras.